

O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E UMA INCLUSÃO DE FATO: O DIÁLOGO ENTRE A EDUCAÇÃO E A PSICOLOGIA

Giovanna Gonçalves de Bortoli¹
Ana Carolina Brandão Verissimo²
Andréia Mendes dos Santos³

INTRODUÇÃO

O presente texto busca refletir sobre o processo de inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), analisando as relações entre educação e psicologia como caminhos para uma prática verdadeiramente inclusiva e humanizadora. Considera-se que o espaço escolar, enquanto território de convivência e de construção de saberes, deve reconhecer a pluralidade de subjetividades e oferecer condições equitativas para o desenvolvimento de todos. A discussão é amparada em referenciais teóricos como Freire (), Barbosa (2013), Silva (2018) e aspectos da legislação vigente da educação, articulando fundamentos legais e conceituais à prática cotidiana da escola. Busca-se, assim, compreender a inclusão como processo que se concretiza nas relações, na escuta e no acolhimento presente nas práticas cotidianas.

A escola, assim como afirma Barbosa (2013), deve ser um lugar de acolhimento, interação, onde as relações se estabelecem:

A escola como um lugar para o qual as crianças se dirigem, todos os dias, com segurança e tranquilidade para, através do acolhimento e reconhecimento dos demais, aprender a viver – fazer suas iniciações à vida comum. Um ambiente onde as pessoas compartilham as coisas simples e ordinárias do dia a dia e também geram contextos para que o extraordinário possa invadir o cotidiano. (p. 218)

Dentro deste contexto do cotidiano, os aspectos pedagógicos constituem não apenas os momentos em salas, mas a perspectiva de articulação entre os múltiplos espaços presentes no ambiente escolar. Nesta perspectiva, deve-se ampliar o olhar e a percepção sobre a inclusão para além do tempo em que a criança está em sala, mas se os demais ambientes e serviços estão de acordo para que haja uma inclusão efetiva, e que de maneira positiva as crianças possam interagir, brincar e aprender.

¹ Mestranda no Curso de Educação do Programa de Pós-Graduação da PUCRS – RS, giovannagbortoli@gmail.com.

² Pós-doutoranda no Curso de Educação do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – RS, acbverissimo@gmail.com.

³ Orientadora - Professora Adjunta da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – RS, andreia.mendes@pucrs.br.



O processo de inclusão é o senso de pertencimento a um determinado grupo ou espaço com equidade e oportunidades; o transtorno do espectro autista é um transtorno que interfere no processo social e cognitivo da criança ou do adolescente. A escola é o espaço de convivência e relações no período de desenvolvimento, local em que a cultura é permeada pelas diversas subjetividades presentes em seu processo.

A partir destas reflexões, a autora Pinto (2013), já aponta em seus estudos os desafios da educação inclusiva no contexto escolar, entre eles destaca-se como um dos principais problemas a falta de interação e relação entre educador e educandos, por isso sinaliza-se a importância de construir espaços acolhedores que promovam as relações em diferentes momentos. Além disso, a autora sinaliza para a importância do planejamento pedagógico, pois este reflete a sistematização da prática pedagógica, porém de maneira provocativa, este estudo nos leva a refletir não só sobre a prática docente, mas de maneira ampliada sobre o planejamento escolar, como por exemplo espaços adequados para acolher as crianças, salas mais silenciosas para momentos de reorganização, propostas que atendem as especificidades também das crianças atípicas.

Corroborando com este pensamento, Silva (2011), compreende que atualmente ainda não são pensadas práticas pedagógicas adequadas para crianças com TEA, sinalizando a urgência de práticas e estratégias que promovam momentos de interação e socialização das crianças atípicas com seus colegas e demais sujeitos que fazem parte do ambiente escolar.

Nesta seara, a pesquisa de Silva (2018) nos traz embasamentos que reforçam a importância da participação da família do ambiente escolar e a relevância do seu papel no aprendizado das crianças com TEA. Para além disso, aponta também, aspectos já sinalizados em pesquisas anteriores relacionadas as estratégias e manejos inadequados para as crianças autistas, sendo urgente a necessidade de formação continuada para os professores afim de se adequarem as novas perspectivas escolares.

A partir do olhar da educação entrelaçada pela psicologia, o proposto trabalho se objetiva a dar luz à inclusão no contexto escolar, analisada a partir do Transtorno do Espectro Autista, nas relações escolares e as possibilidades de atuação interdisciplinar para uma inclusão de fato. De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais V (DSM-5) da American Psychiatric Association (APA), o Transtorno do Espectro Autista, caracteriza-



A escola, segundo Paulo Freire (1996), é um espaço de construção de liberdade e autonomia, onde o educador deve ser mediador de experiências transformadoras. A pedagogia freireana defende que o ato de educar é também um ato de humanizar, e que a educação deve partir do reconhecimento do outro como sujeito histórico e social. Quando se trata do aluno com TEA, esse princípio adquire força ainda maior. A inclusão não pode se limitar à permanência física na sala de aula regular, mas deve envolver adaptações curriculares, acolhimento afetivo e a construção de vínculos.

A Lei nº 13.935/2019 institui a obrigatoriedade da atuação de profissionais de psicologia e serviço social na rede pública de educação básica, reconhecendo o papel desses saberes no enfrentamento das barreiras que dificultam o processo educativo. Essa presença interdisciplinar permite um olhar ampliado sobre o aluno, a instituição e as relações que se estabelecem no cotidiano escolar. A psicologia escolar pode contribuir com estratégias de mediação de conflitos, escuta das famílias, orientação a professores e fortalecimento dos vínculos comunitários. A educação, por sua vez, ao se abrir a esse diálogo, ganha instrumentos para planejar ações pedagógicas sensíveis às necessidades individuais e coletivas, promovendo um ambiente de afetividade e respeito mútuo.

Pensar a inclusão escolar implica compreender a escola como um espaço de relações humanas, de formação integral e de produção de sentidos. Nesse contexto, o diálogo entre Psicologia e Educação – especialmente a Pedagogia – torna-se um eixo estruturante para que a inclusão não permaneça apenas no discurso, mas se concretize nas práticas cotidianas. A Psicologia Escolar e Educacional atua como mediadora entre os sujeitos e os processos institucionais, buscando compreender as dinâmicas que atravessam o ensinar e o aprender. A Pedagogia, por sua vez, operacionaliza a prática educativa, traduzindo em ações o compromisso ético de garantir condições equitativas de aprendizagem. Quando esses dois campos dialogam, o resultado é uma compreensão ampliada do sujeito e uma prática educativa mais humanizada. De acordo com Paulo



Freire (1996), educar é um ato de diálogo e amorosidade, e a presença da psicologia nas escolas, garantida pela Lei nº 13.935/2019, reforça a importância dessa articulação interdisciplinar. Assim, a inclusão se torna efetiva quando a escola compreende que educar é um ato coletivo, sustentado pela cooperação entre diferentes saberes.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa de cunho exploratória e social. Segundo Minayo (2009), este tipo de pesquisa aspira a percepção sobre o fenômeno a luz do entorno social, através da participação e envolvimento das relações entre os sujeitos com o meio, referindo-se a percepção dos mesmos que participam da pesquisa. Desta maneira, o presente estudo, buscou, através de uma análise sobre a prática do serviço de coordenação escolar e psicologia escolar, refletir como as práticas escolares podem efetivamente incluir crianças da perspectiva do espectro autista, em busca de que haja efetivamente a inclusão no ambiente escolar.

Através de observações, análise e inferências construir um ambiente que promova adaptações de cunho social, pedagógica, psicológico para as crianças em uma escola da rede privada do município de Porto Alegre. O período de análise desta pesquisa, durou em torno de um ano, vivenciando o cotidiano escolar. Em posse dos dados coletados, as análises foram feitas a partir dos pressupostos de Bardin (2011), ao longo do processo de análise, buscou-se a decodificação dos dados para que fosse possível realizar a categorização da temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a análise dos dados, percebe-se a importante relação através do diálogo entre a psicologia e educação, frente a perspectiva de inclusão, sendo que ela deve estar voltada ao rompimento de estigmas, trabalho das resistências, e acolhimento das diferenças através do trabalho coletivo com todos os educadores, permitindo a construção de estratégias efetivas de desenvolvimento no processo de ensino aprendizagem de alunos com necessidades especiais. Considerando a gama de níveis de funcionamento do Transtorno do Espectro Autista, a inclusão deve ir além da inserção na sala de aula regular, sendo necessária a adaptação do ambiente escolar a esse aluno, possibilitando explorar o potencial individual.



Dentro do ambiente escolar, destacam-se estratégias que tiveram retorno positivo na construção de um ambiente colaborativo e incluso realizados na escola, tais como: a subjetividade dos sujeitos, compreendendo-os para além do diagnósticos, atento as suas peculiaridades e identidade; o rompimento de estigmas e trabalho das resistências; acolhimento das diferenças através do trabalho coletivo; capacitação de professores e práticas interdisciplinares; compreensão dos tempos de cada sujeito; adaptações para além dos aspectos curriculares; colaboração entre família e escolar; construção de sala do silêncio – ambiente de regulação, climatizada que promova a organização individual; adequação da mobília e espaço físico das salas, atento as necessidades de regulação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo, compreende-se a educação baseada através das relações e do empenho de muitos agentes para que a escola seja um espaço inclusivo de socialização, interação e aprendizado. Percebe-se a necessidade urgente de profissionais qualificados, que busquem através da formação continuada construir a escola de e para todos, a construção de estruturas físicas e adaptações curriculares são essenciais para o aprendizado.

Compreendendo que para o ambiente escolar se tornar um ambiente inclusivo, é essencial o envolvimento de diferentes agentes educacionais nesse processo, abarcando a capacitação de professores e a construção interdisciplinar das práticas pedagógicas. Ainda, é de suma importância que esse trabalho seja realizado de forma colaborativa entre família e escola, olhando os aspectos socioculturais e relacionais. Assim, considerando os fatores envolvidos, pode-se promover uma inclusão mais humanizada, enfatizando a dimensão afetiva das experiências educacionais.

Palavras-chave: Inclusão; educação; psicologia; escola; interdisciplinaridade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Tempo e cotidiano** – Tempos para viver a infância. Leitura: Teoria & Prática, Campinas, v.31, n.61, p.213-222, nov. 2013

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.



BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9.394, de 20 de dez. 1996.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 30.03.2025.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2020 Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 04.04.2025.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/descontinuado/pnee.pdf>. Acesso em 30.03.2025

BRASIL. Lei n.º 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113935.htm. Acesso em: 04.04.2025

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. **Rev. Bras. Educ. Med.**, Rio de Janeiro , v. 33, supl. 01, p. 83-91, 2009 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-52712009000500009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28. 08. 2025.

PINTO, Sulamyta da Silva. **Práticas pedagógicas e o sujeito com autismo: um estudo de caso fenomenológico no ensino comum.** 2013. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Acesso em: 04.04.2025

SILVA, Élide Cristina Santos da. **A prática pedagógica na inclusão educacional de alunos com autismo.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/9684/1/Dissertação.%20Élide%20Silva>. Acesso em: 04.04.2025

SILVA, Raimunda Maria Moreira da. **Para além do discurso oficial das políticas públicas:** possibilidade de (re)pensar o paradigma de inclusão escolar para o educando com transtorno do espectro autista na cidade de Manaus. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/3187/1/raimunda%20maria.pdf>. Acesso em: 04.04.2025.

